

**DEBATE
IMPERIALISMO E
GLOBALIZAÇÃO**

GLOBALIZAÇÃO E IMPERIALISMO

OCTAVIO IANNI*

Desde que se fala em globalização, logo se põe em causa o imperialismo. Um e outro se contrapõem, se complementam, dinamizam-se ou se atiram, conforme a dinâmica das relações, processos e estruturas que constituem o capitalismo como modo de produção mundial. Não se trata de imaginar que um nega ou anula o outro, mas de reconhecer que ambos se determinam reciprocamente. Entretanto, o globalismo subsume histórica e teoricamente o imperialismo. Trata-se de duas configurações históricas e teóricas distintas. Podem ser vistas como duas totalidades diferentes, sendo que uma é mais abrangente que a outra. O globalismo pode conter vários imperialismos, assim como diferentes regionalismos, muitos nacionalismos e uma infinidade de localismos. Trata-se de uma totalidade mais ampla e abrangente, tanto histórica como logicamente.

Note-se que cada imperialismo diz respeito a um todo histórico e lógico compreendido pela metrópole e as nações dependentes ou colônias. Tanto é assim que o imperialismo tem sido norte-americano, japonês, inglês, alemão, russo, holandês, belga, italiano ou outro. Trata-se de um conjunto articulado de nações, nacionalidades e tribos, sob o mando da nação que exerce um poder de tipo metropolitano. Sem esquecer que os imperialismos se conjugam e se opõem, além de que convivem e se sucedem. Podem estar mais ou menos ativos e agressivos ou decadentes e desativados.

Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção, acelerando a concentração e a centralização do capital em escala mundial, logo se forma uma configuração mais abrangente. As empresas, corporações e conglomerados transnacionais extrapolam as fronteiras preestabelecidas e movimentam-se pelos continentes, ilhas e arquipélagos. Aos poucos, as relações, os processos e as estruturas características do

* Professor titular do IFCH, Unicamp.

globalismo recobrem, impregnam, modificam ou recriam os nexos de cunho imperialista; mas em outros níveis, com outra dinâmica. Acontece que a reprodução ampliada do capital adquire novos dinamismos no âmbito do capitalismo global. Neste ambiente, as forças produtivas e as relações de produção adquirem outras possibilidades de desenvolvimento intensivo e extensivo. A nova divisão transnacional do trabalho e da produção provoca todo um rearranjo das fronteiras, recobrando ou atravessando as mais diversas formas de organização social do trabalho e produção tribais, locais, nacionais e regionais.

O globalismo pode ser visto como uma configuração histórica, uma totalidade complexa, contraditória, problemática e aberta. Trata-se de uma totalidade heterogênea, simultaneamente integrada e fragmentária. Parece uma nebulosa, ou uma constelação, mas revela-se uma formação histórica de amplas proporções, atravessada por movimentos surpreendentes; de tal modo que desafia as categorias e as interpretações que pareciam consolidadas.

É no âmbito do globalismo que se desenvolvem não só o imperialismo, mas o nacionalismo e o regionalismo. Mais que isso, é no âmbito do globalismo que se movem os indivíduos e as coletividades, as nações e as nacionalidades, os grupos sociais e as classes sociais, da mesma forma que aí se movem as organizações multilaterais e as corporações transnacionais.

Não se trata de negar a vigência do Estado-nação, assim como do grupo social, classe social, partido político, movimento social. Tanto o indivíduo como a coletividade, assim como a nação e a nacionalidade continuam ativos, presentes e decisivos. Mas todos estão inseridos no âmbito do globalismo, adquirindo significados e possibilidades no âmbito das configurações e dos movimentos da sociedade global. Nesse sentido é que a sociedade global é o novo palco da história, das realizações e lutas sociais, das articulações e contradições que movimentam uns e outros: indivíduos e coletividades, nações e nacionalidades.

Sim, o globalismo é uma totalidade histórica e teórica, no âmbito da qual se movem tanto o nacionalismo como o imperialismo. Desde que se forma a sociedade global, com base na globalização do capitalismo, o globalismo se revela uma surpreendente nebulosa, ou constelação, no âmbito da qual tanto se desenvolvem as lutas sociais como se revelam alguns perfis e algumas possibilidades da humanidade. Esse é o momento em que se pode começar a falar em história universal, não mais apenas como metáfora. Desde os horizontes abertos pelo globalismo, são outras e novas as possibilidades e as impossibilidades de integração e fragmentação, de soberania e hegemonia ou de alienação e emancipação.

NOTAS SOBRE O IMPERIALISMO HOJE

WILSON CANO*

Ações imperialistas praticadas por Estados nacionais (ou prepostos) sobre terceiros antecederam o capitalismo. Pilhagem, conquista e dominação de povos ou nações foram seus efeitos, obtidos sempre pela violência.

Nos primórdios do capitalismo, o imperialismo adquire uma nova forma, e aqueles efeitos foram ampliados, com a busca aos metais preciosos, o comércio negreiro, a colonização e os crescentes lucros mercantis. Todos eles foram peças fundamentais para a chamada acumulação originária.

Já na acumulação capitalista e principalmente na passagem da primeira para a segunda Revolução Industrial (segunda metade do século XIX) o imperialismo sofreria substanciais transformações, passando a ser, segundo Lenin, "estágio superior do capitalismo". Lembremos a caracterização que esse autor lhe fez:

1. aumento da concentração do capital e da produção;
2. a passagem da pequena para a grande indústria, com o capital industrial e o bancário se "fundindo", originando o capital financeiro;
3. aumento colossal das exportações de capital financeiro;
4. divisão dos mercados mundiais, pelos monopólios internacionais;
5. divisão territorial do mundo, pela moderna colonização. Não é demais lembrar que na década de 1870 essa dominação atingia 11 % do território da África, 57% da Polinésia, 51 % da Ásia e 100% da Austrália. No final do século o percentual da África passou a 90%, o da Polinésia a 99% e o da Ásia a 57%;
6. a expansão do capital financeiro e a da sociedade por ações praticamente criou a classe dos *rentiers*;
7. a colonização, de início objetivando a garantia de fontes supridoras de matérias-primas e de mercados, altera seu caráter, com o surgimento de Estados nacionais, incorporando outros interesses, concessões, monopólios, "áreas de influência" etc.

* Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp.

O final da Segunda Grande Guerra, explicitando os anseios democráticos por mais justiça, liberdade e democracia, de um lado, e o debilitamento da maior parte das grandes potências por outro, desencadeou, entre outras coisas, o processo de descolonização. A guerra fria contudo, ao bipolarizar o mundo, obrigou o imperialismo a praticar também políticas de "ajuda" e de reconstrução. Porém, a tentativa de nova ordenação mundial (Bretton Woods) foi insuficiente e precária, não dando conta do equacionamento financeiro internacional. A década de 1970 assistiria, assim, ao agravamento dos desequilíbrios dos países ricos, com inflação e estagnação, que culminariam na chamada "crise da dívida externa" imposta ao Segundo e ao Terceiro Mundos e na *financeirização* mundial.

Assim, o imperialismo viu-se obrigado a vestir nova "roupagem", dado que a supremacia da acumulação de excedentes financeiros não pode impedir, por muito tempo, a inevitável crise explicitada pela debilidade da acumulação real. A velocidade necessária para a busca de canais que pudessem converter aqueles excedentes em investimentos produtivos exigiu uma engenhosidade ideológica: o neoliberalismo.

A perda de controle parcial que as grandes potências sofreram com a transmigração de filiais de suas empresas e seus bancos nacionais, que se internacionalizam entre 1950 e 1980, e a crise fiscal por que passavam seus Estados nacionais foram o fermento para o crescimento daquela ideologia. O imperialismo, a partir de meados da década de 1970, passava assim a atuar em duas grandes frentes:

1. ataque frontal aos Estados nacionais já financeiramente debilitados, que consistiria em acirrar a crítica "ineficiência" administrativa e produtiva estatal e reafirmar que o mercado dá alocação melhor aos "fatores" e obtém melhor eficiência;
2. apropriar-se, em velocidade vertiginosa, dos novos conhecimentos já disponíveis da ciência e da tecnologia e acelerar a busca de novas descobertas.

Seria até desnecessário dizer que, com isso, se deu o clássico acirramento da concorrência entre os grandes capitais privados das grandes potências, e isso, naturalmente, desencadeou também mecanismos de defesa, via constituição e fortalecimento da tríade, ou seja: os blocos liderados pelos EUA (NAFTA), Alemanha e França (CEE) e Japão ("espaço asiático"), que, com isso, criaram verdadeiras fortalezas neoprotecionistas (a despeito do discurso neoliberal).

Ruptura de monopólios públicos (principalmente em energia, transportes e telecomunicações), privatizações de empresas estatais, desregulamentação econômica, especialmente sobre os movimentos de capitais internacionais e políticas de descentralização fiscal e de serviços constituíram a primeira bateria de assalto ao Estado nacional, abrindo

fantásticas "avenidas" para a acumulação real.

A reestruturação produtiva - queimando capital "velho" e utilizando novo - e a concorrência feroz impuseram também um processo de "globalização" produtiva (além da financeira, já comentada). Esta, contudo, restringe mais a tríade, que concentra a parte substancial dos investimentos produtivos, pouco sobrando à periferia mundial:

1. o Leste europeu e a ex-URSS, iludidos pelo canto da "fácil e harmoniosa" transição ao capitalismo;
2. a África, abandonada, como uma nave à deriva;
3. a maioria dos países latino-americanos e asiáticos, para os quais não se consegue vislumbrar um futuro positivo.

A reestruturação provocou também descomunal reconcentração do capital privado, através de *fusões, jointventures*, compras-vendas parciais de plantas industriais, abertura e fechamento de plantas etc. Essa reconcentração ampliou consideravelmente o poder monopolista (financeiro, produtivo e comercial) das grandes empresas. Por exemplo, elas hoje detêm 50% do comércio mundial de manufaturados, com parte substancial realizada entre suas matrizes e filiais e entre suas filiais.

Por outro lado, a introdução de novas tecnologias e a alta velocidade com que isso se fez impuseram:

1. transformações radicais nos processos produtivos, automatização, informatização etc., exigindo mudanças nas estruturas técnicas, financeiras, comerciais e administrativas das empresas;
2. "flexibilização" do trabalho humano e substituição de trabalho não qualificado e grande eliminação de postos de trabalho, aumentando para 35 milhões os desempregados estruturais, só na OCDE;
3. sucateamento de capital produtivo, por obsolescência forçada;
4. substituição de insumos convencionais (aço, cobre, estanho etc.) por modernos, normalmente produzidos nos países avançados.

Acrescente-se ainda que grande parte dos novos produtos das novas tecnologias são muito mais substituidores de antigos do que propriamente novos, como a fibra ótica, que substitui o cabo metálico, o fax, que substitui o telex, novas ligas metálicas, que substituem o aço e o cobre comum, eliminando assim, de forma direta e indireta, trabalhadores e insumos substituídos.

Assim sendo, o imperialismo, para "completar" sua globalização nos países subdesenvolvidos, está causando um verdadeiro flagelo, sucateando precocemente capacidade produtiva e infra-estrutura, ao exigir a moderna substituição daqueles ativos. Por outro lado, o debilitamento do Estado, que já era acentuado com a "crise da dívida", aumentou ainda mais, com as políticas de ajustes neoliberais, desregulamentações, privatizações, exaustão

da capacidade de planejamento e incapacitação da política econômica. A esses Estados nacionais pouco tem restado fazer para escapar de uma "reação passiva". Isso tudo está agravando sobremodo a atual crise social.

Tomados o Segundo e o Terceiro Mundos, creio que apenas alguns poucos países, como China, Rússia, Brasil e Índia, por suas dimensões econômicas e espaciais, suas capacidades produtivas e suas dotações de recursos, têm condições de amenizar os efeitos dessa "globalização", negociando a subordinação - parcial e relativa - da modernização produtiva às suas condições econômicas e sociais atuais e a uma política de desenvolvimento alongo prazo, com justiça social. Contudo, as forças políticas de direita têm predominado na maioria dos países, anulando suas capacidades de resistência. Por exemplo, no Brasil, o *impeachment* de Fernando I (Collor), que aqui introduziu as políticas neoliberais, não impediu a vitória de Fernando II (FHC), que as aprofundou ainda mais.

Para os demais países - notadamente para os de menor dimensão econômica e territorial- poucas chances restarão. O imperialismo lhes havia proporcionado, a partir do século XIX, mercado para exportações de matérias primas e alimentos, cuja dinâmica econômica gerou alguma industrialização, urbanização e melhoria social. Hoje, ao contrário, a desindustrialização parcial já é uma realidade, e as chances de expansão daquelas exportações apresentam tendência comprometedoras a longo prazo. Assim, desemprego, regressão mercantil e agravamento da crise social é o que o imperialismo tem a lhes oferecer.

GLOBALIZAÇÃO E ESTADOS NACIONAIS

ROSA MARIA MARQUES*

A literatura internacional, especialmente a de origem anglo-saxônica e a de responsabilidade de organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, consagrou, a partir do início da década de 80, o uso do termo globalização para caracterizar o processo atual da organização da economia mundial. Chesnais (1), ao dedicar todo o primeiro capítulo de seu livro para decifrar as palavras carregadas de ideologia, preocupa-se em demonstrar que as palavras não são neutras, principalmente "global" e "globalização".

A insistência no uso de globalização traduz a intenção de apresentar a fase atual da economia mundial como aquela em que o mundo se apresenta sem fronteiras e as grandes empresas sem nacionalidades. Dessa forma, a globalização seria o estado "natural" da economia mundial quando as forças do mercado se encontram liberadas finalmente de seus entraves.

Dada essa realidade, a única alternativa que restaria aos países que quisessem se integrar na "nova ordem" seria levar até as suas últimas consequências a liberalização e a desregulamentação, condição necessária para garantir competitividade. Para os trabalhadores tal inevitabilidade significa destruir os sistemas de proteção social e todas as formas que regulamentam o emprego e o salário.

Afinal, no que consiste a globalização, ou, como dizem os franceses, com o rigor que lhes é próprio, a mundialização? Trata-se de um dado estágio de desenvolvimento do capitalismo, que se caracteriza por um aprofundamento da concentração do capital e de uma nova forma de organização das empresas, pela financeirização e pela fragmentação.

Ao contrário do que os relatórios e discursos oficiais do GATI e do FMI advogam, a globalização é antes de tudo um processo que ocorre no plano

* Professora do Departamento de Economia da PUC/SP e técnica do Instituto de Economia do Setor Público (IESP) da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap).
1. Chesnais, F. *La mondialisation du capital*, Paris, Syros, 1994.

da organização industrial, como resposta defensiva das empresas multinacionais ao fim da onda larga de expansão capitalista ocorrida no início dos anos 70. O papel que as novas tecnologias e as políticas de desregulamentação tiveram (têm) nesse processo foi, num primeiro momento, de facilitar a mundialização e, num segundo momento, de conformar as novas normas de produção capitalista. Vale destacar especialmente a importância exercida pela desregulamentação financeira e sua globalização para a realização das aquisições e fusões internacionais.

Nesse sentido, a mundialização é entendida muito mais como uma reorganização do capital industrial do que um fenômeno ao nível da troca. De fato, não há dúvida de que houve uma liberalização acentuada do comércio internacional. Contudo, essa liberalização serviu apenas para facilitar as operações dos grupos industriais multinacionais. Chesnais (2), ao se referir a trabalho da OCDE, informa que 40% do comércio internacional dos Estados Unidos e do Japão constituem troca intrafirmas (3). Esse dado, ao mesmo tempo que indica o aumento da importância das trocas intrafirmas, denota maior dependência da economia mundial das empresas multinacionais. Qualquer acidente de percurso que impeça o crescimento de seus investimentos pode, rapidamente, se traduzir em uma crise generalizada no mundo.

No plano da desregulamentação, o mercado de trabalho ainda, apesar de todas as investidas realizadas por diferentes governos, não se encontra desprovido de todas as leis e garantias que mal ou bem asseguram direitos aos trabalhadores. Contraditoriamente, no lugar de a falta de integração desse mercado se constituir em um entrave para a expansão das empresas multinacionais, tem sido utilizada a seu favor. Isso porque as novas tecnologias permitem, num ambiente de liberalização, que o capital seja extremamente móvel, aproveitando, como nunca, as diferenças de custo da força de trabalho. É preciso lembrar que a flexibilidade que caracteriza a nova organização da produção não permite somente recuar e avançar frente à demanda incerta do mercado. Permite rapidamente aumentar ou diminuir a produção, em qualquer canto do mundo, a partir de realidades diferentes de custo de produção. Para isso não é preciso sequer realizar investimentos novos. Além da utilização das plantas já existentes, pode, dada a homogeneização técnica viabilizada pelas novas tecnologias, valer-se da subcontratação (4).

Isso porque a nova organização, mais do que ser caracterizada pela utilização de tecnologia flexível, consiste de uma forma de gestão particular em que são combinadas uma série de atividades que se desenvolvem em diferentes países. Além da produção realizada em diversas plantas, sob a

2. Op. cit.

3. Informa, também, que um terço da produção internacional é realizado por empresas multinacionais.

4. A subcontratação é uma das formas que a terceirização assume.

forma de investimento direto ou subcontratação, salienta-se a cooperação realizada entre empresas oligopolistas em diversas fases da produção, inclusive em pesquisa e desenvolvimento. Um controle estrito da coordenação desse conjunto de atividades garante que as empresas oligopolistas otimizem seus resultados. Mas para que essa coordenação seja levada a termo é necessário que, no nível dos Estados nacionais, não haja entrave à mobilidade do capital.

Do que foi descrito, fica claro que se adequar à "nova divisão do trabalho internacional" ou à "realidade inexorável da globalização" é adequar-se aos interesses do capital industrial internacional.

Essa análise ficaria incompleta se não fizesse referência ao papel exercido pelo capital financeiro na reprodução do capital dessa fase de mundialização. Segundo Husson (5), o aumento das taxas de juros e, portanto, das rendas financeiras, constitui a variável de ajuste para que não ocorra uma crise de realização. Já que os ganhos de produtividade não se revertem em aumento do salário real dos trabalhadores, é preciso "redistribuir a mais-valia em direção aos detentores de rendas suscetíveis de consumi-la, pois as oportunidades de investimentos produtivos rentáveis não crescem com a mesma rapidez que o desempenho da mais-valia (6)".

Esse tipo de abordagem não necessariamente contradiz as análises que acentuam a importância do descolamento dos fluxos financeiros em relação ao capital produtivo. Para diversos autores, o crescimento do capital fictício constitui elemento de crise do capitalismo, sendo a especulação não passível de controle pelas autoridades monetárias (7).

Frente a esse quadro, qual é o grau de autonomia e o papel que restam aos países periféricos e aos chamados países em desenvolvimento?

Os economistas de orientação de esquerda e de direita são unânimes em dizer que a mundialização da economia resulta no enfraquecimento da relativa autonomia que os Estados nacionais detinham durante o período anterior. De fato, a capacidade da maioria dos países que desenvolveram uma política independente foi significativamente diminuída, pois há uma perda da especificidade dos mercados nacionais. Contudo, essa perda de capacidade não deriva mecanicamente da nova organização da produção das empresas internacionais. Como diz Chesnais (8), se os governos não tivessem desregulamentado, privatizado e liberado o comércio internacional, o capital financeiro e os grandes industriais não teriam a liberdade de ação que ora usufruem.

5. Husson, M. "Les trois dimensions du neo-impérialisme". *Actuel Marx*, n° 18, 1995.

6. Husson, op. cit., p. 24.

7. Por outro lado, a manutenção de taxas de juros elevadas permite que um fluxo contínuo de capitais excedentes em direção aos Estados Unidos garanta a manutenção de seu nível de consumo.

8. Op. cit.

Por outro lado, na medida em se acentuam as relações intrafirmas e o uso da subcontratação, aumenta a possibilidade de existirem, num mesmo país, "ilhas de excelência e de crescimento econômico" ao lado de setores inativos, onde o desemprego e a pobreza são a tônica. Essa tendência à polarização se reproduz em escala internacional, aprofundando a diferença entre os países sede do oligopólio internacional e os da periferia. Sendo a fragmentação uma das características da mundialização, o desenvolvimento industrial não mais integra as nações, ao contrário do que ocorria no período do pós-guerra.

No caso dos países exportadores de matérias-primas, até há pouco tempo integrados no mercado internacional, mesmo que de forma desigual, há ainda que observar que os avanços tecnológicos não raramente propiciaram que sua produção fosse substituída por novos produtos de origem industrial, ocasionando sua expulsão do comércio mundial.

Esses são os traços gerais do chamado processo de globalização. As conseqüências para os trabalhadores e para os Estados nacionais conduzirem um desenvolvimento relativamente autônomo estão bastante claras: a mundialização, isto é, o novo padrão de organização da produção das empresas oligopolistas internacionais, apoiadas pela liberalização financeira e pela desregulamentação promovida por diferentes governos, resulta na liquidação das conquistas e na perda de capacidade de intervenção ativa dos Estados.

Contudo, na medida em que os Estados somente podem persistir e se legitimar se estiverem respaldados numa coesão nacional, mesmo que somente da classe dominante, o aprofundamento da mundialização não parece estar desprovido de contradições e percalços. Não fica descartado, portanto, que o risco da fragmentação e a necessidade de responder à nova questão social colocada pelo desemprego estrutural levem à adoção de políticas que restrinjam a mobilidade completa do capital internacional.

GLOBALIZAÇÃO: UMA NOVA FASE DO CAPITALISMO?

JORGE MIGLIOLI*

Parece que o significado mais usual de "globalização" é o de uma crescente integração entre os países de todo o mundo ou pelo menos da maior parte.

Esta noção pode ser usada ideologicamente quando projeta a idéia de que esse processo ocorre espontaneamente entre os países envolvidos, como se todos eles se situassem em pé de igualdade e participassem voluntariamente da integração.

Mas existe, sem dúvida, um processo de globalização que compreende diversos aspectos: do econômico ao cultural. Não apenas o capital - tanto o monetário quanto produtivo - se desloca cada vez mais rapidamente de uns países para outros, mas também a força de trabalho se encontra em permanente mobilidade. As pessoas adquirem as mesmas marcas de produtos em diferentes países, num processo mundial crescente de consumo padronizado. Os sistemas político e jurídico se tornam formalmente cada vez mais semelhantes em todas as partes. Os padrões éticos e culturais se uniformizam em escala mundial e assim por diante. E tudo isto sob uma gigantesca onda de liberalismo econômico e conservadorismo político.

Um exame do mundo atual parece indicar que o processo de globalização corresponde a uma nova fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista. Pode-se dizer que a tendência à globalização é um resultado natural desse desenvolvimento, na medida em que o capitalismo se implantou por todo o mundo a partir do século XIX.

A existência da URSS e de seus países "satélites" constituiu um obstáculo ao processo, não apenas porque deixava de fora uma parte considerável do mundo, mas também porque era vista por outros países como uma solução alternativa. O colapso da URSS e de seus "satélites" empurrou para a frente o processo, ao abrir-lhe um vasto território a ser ocupado e também - talvez este seja um aspecto mais importante - ao fornecer-lhe o poderoso argumento de que não há "solução alternativa" ao

* Professor de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Araraquara.

capitalismo. Assim, nos dias de hoje, poucos são os países que resistem.

A etapa atual da história do capitalismo lembra sua fase inicial. Em suas origens, na Europa da Idade Média, o capitalismo, ainda em sua forma mercantil, enfrentou fortes restrições feudais: a diversidade dos tributos, moedas, leis e regras nos vários domínios senhoriais, as rígidas regras das corporações de ofícios, os códigos morais e religiosos impostos pela Igreja romana etc. A burguesia de então, ainda mercantil mas uma classe ascendente e cada vez mais rica e poderosa, apoiou firmemente a formação das monarquias absolutistas e dos Estados nacionais, com o que obteve a eliminação de muitos entraves feudais e conquistou novas posições de poder. Esta fase foi também de formação e consolidação dos mercados nacionais e das burguesias nacionais.

Na etapa atual, da "globalização", são os Estados nacionais que criam os obstáculos à expansão do capitalismo, agora em escala mundial. Muitos são obstáculos semelhantes àqueles da Idade Média: diversidade de tributos, moedas, leis e regras, assim como protecionismo aos mercados internos, restrições à ação das empresas privadas e a mobilidade do capital etc. Assim, para a grande burguesia internacional, os Estados nacionais se tomam economicamente incômodos. Mas, pelo menos por enquanto, eles precisam ser mantidos como organismos administrativos e repressivos regionalizados e' para dar apoio político e militar necessário para a preservação da ordem capitalista internacional (mas mesmo nesta última função eles também já começam a ser substituídos por entidades multinacionais, como a OTAN, por exemplo).

Embora os Estados nacionais ainda não possam ser abolidos, suas funções econômicas passam a ser reguladas e controladas externamente, seja pela formação de um consenso doutrinário mundial (no caso, o liberalismo econômico), seja por organismos específicos (Organização Internacional do Comércio - que substituiu o GATI -, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial etc.), ou seja também pela pressão da burguesia internacional através de diferentes organismos.

O funcionamento da economia é padronizado para todos os países: a moeda e a taxa de câmbio precisam ser estabilizadas, as empresas públicas devem ser privatizadas, as empresas estrangeiras devem ter igualdade de condições com as nacionais, as medidas protecionistas no comércio exterior têm de ser eliminadas, no geral as regras do liberalismo econômico precisam ser obedecidas. O exemplo mais avançado desta tendência à padronização é o da União Européia; mas também os países da América Latina, mesmo quando não integram "blocos econômicos", são exemplos marcantes. A padronização mundial das regras do jogo capitalista é uma exigência da burguesia internacional: os investidores precisam estar

conscientes e seguros das regras vigentes nos países onde investem.

Assim como acontece com os mercados nacionais e os Estados nacionais, também as diversas burguesias tendem a unificar-se. E isto em dois sentidos. Primeiro, a burguesia perde seu caráter setorial: ela deixa de ser industrial ou comercial ou bancária etc. para converter-se em burguesia "global", cuja característica principal é o fato de ela manter seu capital sob a forma financeira e investido em múltiplas atividades. Segundo, a burguesia também aplica (especialmente através do mercado de títulos) seu capital em diferentes países e assim se internacionaliza. Isto não quer dizer que as empresas se unificam e a concorrência entre elas se reduza na medida em que a burguesia se globaliza e internacionaliza.

Para concluir, é preciso acrescentar (embora temerariamente) que a tendência capitalista à globalização *supera* (no sentido do verso alemão *aufheben*, que significa ao mesmo tempo *abolir*, *preservar* e *elegar*) o conhecido imperialismo. O mundo continua dividido em países dominantes e dominados. Mas cada país dominado já não está ligado especificamente a um país dominante; embora isto ainda exista em parte, a tendência é no sentido da internacionalização da dominação: o domínio é exercido pela burguesia internacional como um todo, e não mais por esta ou aquela burguesia nacional. Em segundo lugar, em suas relações com os países dominados as burguesias dos países dominantes já não estão apenas interessadas em extrair daí excedentes e transferi-los para as suas metrópoles; isto é coisa da fase de acumulação primitiva do capital. Trata-se agora de anexar os países dominados como se fossem extensões territoriais dos dominantes, mesmo que os primeiros continuem mantendo seus próprios nomes, hinos, bandeiras, línguas ou dialetos e seus prepostos locais. Neste processo, a ambição das burguesias dos países dominados é passar a fazer parte da grande burguesia internacional, se tiverem competência e capital para isso.

A MIRAGEM GLOBAL E A REARTICULAÇÃO IMPERIALISTA

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

Ao lado de privatização, terceirização, dolarização, desnacionalização, desestatização etc., *globalização* hoje constitui idéia-força no sistema das idéias dominantes, que normalmente, sobretudo em períodos de refluxo das esperanças revolucionárias como o atual, são as idéias das classes dominantes.

A força de uma idéia não é função de seu valor cognitivo. É notória a desproporção entre o impacto exercido pela idéia da superioridade racial dos brancos na Europa hitleriana, nos estados norte-americanos controlados pela Ku-Klux-Klan etc. e a fragilidade dos dados pseudocientíficos em que pretende fundamentar-se. Globalização, até por não remeter a doutrinas intrinsecamente odiosas como as racistas, apresenta mais séria pretensão de exprimir processos objetivos. Corresponderia, segundo seus defensores, às "mutações globais" (a repetição do *definiendum* na definição não é nossa, é deles) configuradoras de uma "nova ordem" ou mesmo, conforme os mais deslumbrados, de uma "comunidade global". Com estes últimos não vale a pena perder tempo. Quando não são apenas tolos, pertencem ao pelotão de choque da reação neoliberal, dedicando-se, com zelo em geral bem-remunerado, a martelar as idéias descartáveis injetadas no "mercado" político pelos grandes meios privados de comunicação social.

Os mais sérios enfatizam a ampliação da esfera de valorização do capital financeiro, crescentemente autônomo em relação aos controles estatais, em medida bem menor a dos fluxos comerciais e, menor ainda, dos investimentos produtivos, associando-a, embora não nos pareça evidente a conexão entre as duas ordens de fenômenos, à mais recente revolução tecnológica engendrada pelo capitalismo, a aplicação da microeletrônica à informática. Enfatizam também o desmantelamento do bloco soviético, hesitando porém entre considerá-lo principalmente como causa ou como consequência do efeito combinado daqueles fatores infra-estruturais. Enfatizam menos (não por acaso) a erosão contínua do "capitalismo de bem-

* Professor de Filosofia do IFCH, Unicamp.

estar" (isto é, social-democraticamente temperado) na Europa ocidental, bem como a degradação geral das condições sociais no conjunto das grandes potências capitalistas.

À esquerda, não faltam os que, embora reconhecendo os aspectos perversos de nosso tempo, consideram que o termo *globalização* caracteriza-os pertinentemente. A questão não é apenas terminológica. Se, em vez do americanês *globalization*, usássemos "mundialização", "cosmopolitização", "integração internacional" ou outras expressões semelhantes para designar as pretensas "mudanças globais", permaneceria inalterada a interrogação fundamental: está ou não predominando em escala planetária a tendência à superação dos poderes e barreiras estatais, das diferenças nacionais, dos blocos regionais e respectivas esferas de influência? O jogo de palavras aqui se impõe: globalmente, não há globalização. O incontestável crescimento global do desemprego, do racismo, dos conflitos bélicos "localizados" (em todos os continentes), do obscurantismo cultural e religioso, e tantas outras misérias físicas e morais diretamente relacionadas com a epifania da "nova ordem" neoliberal, configura uma dinâmica exatamente oposta àquela para a qual aponta a doutrina da "globalização". É evidente, em particular, a relação de causa e efeito entre as duas mutações infra-estruturais em curso (autonomização do capital financeiro com relação aos controles e barreiras estatais, aprofundamento da revolução tecnológica instaurada pelo complexo informática! microeletrônica), a lenta e inexorável expansão do desemprego crônico e o surto virulento de xenofobia e racismo nos países capitalistas mais avançados. Avançando no rumo do cosmopolitismo, a reprodução ampliada do capital (do *global business*, como dizem os neoliberais) engendra o desemprego crônico em larga escala, que por sua vez engendra o oposto dialético do cosmopolitismo cultural, a saber, o ódio étnico e racial.

Tal é a perversa e potencialmente catastrófica contradição de nosso tempo. Caracterizá-lo como tempo da "globalização" implica ocultar sua essência imperialista, isto é, o aprofundamento da dominação do planeta pelos grandes conglomerados capitalistas. A "nova ordem" do capital anuncia não a superação dos velhos antagonismos, mas sua transposição para uma situação internacional caracterizada não mais pelo predomínio do confronto entre o bloco soviético e o "Ocidente" e sim pelo predomínio das grandes potências capitalistas e pelo isolamento diplomático-militar dos países socialistas, reduzidos, com exceção da imensa China, à condição de "bolsões" em defensiva estratégica. Contrariamente, porém, à fraseologia mistificadora ou, no melhor dos casos, ingenuamente otimista, que aponta para uma "sociedade civil mundial" em gestação, a "nova ordem" imperialista tirou força dos Estados nacionais, enquanto suportes político-burocráticos e instâncias de regulamentação da produção capitalista, não para instaurar um "mundo sem fronteiras" e sim para recentrar suas instân-

cias decisórias em grandes blocos regionais de força desigual. Ela não supera, nem muito menos suprime, os velhos antagonismos. Apenas muda a escala em que eles se articulam.

Mais do que nunca, confirma sua pertinência a insuperavelmente lúcida descoberta teórica de Karl Marx de que o limite histórico do capital é o próprio capital. Sua lógica é produzir valor e é *para e somente para* produzir valor que desenvolve as forças produtivas. O admirável "mundo novo" da informática e da microeletrônica conserva e exacerba as misérias sociais do mundo velho. As sugestões que os ideólogos e outros escribas do aparelho ideológico do capital (entre nós Roberto Campos, Delfim Netto *et caterva*) propõem para enfrentá-las (privatização, terceirização e outras rimas fáceis de globalização) terminam todas, exatamente, por agravar a miséria, a desigualdade e o desespero, na rima das rimas, que os dois citados conhecem bem, serviços que foram da ditadura militar: em repressão.